



TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: O presente termo tem por objetivo o credenciamento de serviço para a realização de exames especializados na área de otorrinolaringologia a fim de atender a demanda dos usuários do SUS do município, conforme relação abaixo:

Exame	Quantidade mês	Valor unitário (média)	Valor total mês
BERA	10	R\$ 300,00	R\$ 3.000,00
Polissonografia	5	R\$ 525,00	R\$ 2.625,00
Vectoeletronistagmografia	10	R\$ 300,00	R\$ 3.000,00
TOTAL	25		R\$ 8.625,00

VALOR ESTIMADO MENSAL: R\$ 8.625,00

VALOR ESTIMADO ANUAL: R\$ 103.500,00

REQUISITOS

1. O prestador dos serviços deverá disponibilizar os equipamentos, materiais e profissionais necessários ao desenvolvimento das atividades;
2. Os valores não poderão exceder o teto máximo de quantidades por mês, de acordo com o estimado na tabela acima;
3. Caso haja, mais de um prestador interessado, como se trata de demanda previamente quantificada, o critério de distribuição terá em conta um montante que será dividido entre os credenciados, de acordo com a capacidade de oferta de cada prestador, e a necessidade técnica e a capacidade financeira da SMS;
4. Havendo mais de uma empresa interessada no mesmo item, com sedes em Municípios diferentes, os exames somente serão encaminhados, após ultrapassar a cota máxima da empresa com sede mais próxima de Rio Grande;
5. O prestador deverá atender a quantidade total ou a sua capacidade instalada, que deve ser informada no credenciamento, e no caso do não cumprimento do ofertado, a Secretaria Municipal da Saúde tomará as providências jurídicas cabíveis para cancelamento do contrato;



6. O serviço aqui previsto deverá ser realizado pela Contratada após o recebimento da Ordem de Execução de Serviço, expedida pela Secretaria de Município da Saúde, a qual se obriga a realizar tal serviço com pessoal qualificado, mediante emprego de atendimento e técnicas adequadas;
7. Os encaminhamentos para os exames serão feitos pela Central de Marcação de Consultas Especializadas e Exames - CMCE/SMS;
8. Os laudos dos exames deverão ser impressos e assinados por profissional habilitado e encaminhado para a Central de Marcação de Consultas Especializadas e Exames - CMCE/SMS;
9. O Pagamento será efetuado mensalmente, após a realização dos procedimentos, tendo como critério de pagamento os procedimentos comprovadamente realizados;
10. Os pagamentos referentes aos procedimentos realizados sofrerão as retenções previstas na legislação vigente;
11. Para os valores utilizados foram realizadas pesquisas de mercado;
12. Para o credenciamento de pessoas jurídicas, além dos documentos obrigatórios exigidos pela Lei 8.666/93 ainda devem ser apresentados: 3.6. Registro ou inscrição do estabelecimento no respectivo Conselho de Classe Regional; 3.7. Alvará de localização e funcionamento fornecido pelo Município da sede do estabelecimento; 3.8. Alvará Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária competente; 3.9. Cópia autenticada do registro no CNES (Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde); 3.10. Curriculum Vitae resumido do Responsável Técnico (cópia da C.I., diploma e certificados de especialidade, devidamente reconhecidos pela respectiva entidade de classe);
13. Nos casos em que esta solicitação for omissa, prevalece as normas previstas na Lei 8666/93.

Maicon De Barros Lemos
Secretário de Município da Saúde

Rio Grande, xx de março de 2019.